

A LIDERANÇA INDÍGENA NOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL: UM PANORAMA POR GRANDES ÁREAS DO CONHECIMENTO DE 2000 A 2023^{1,2}

Igor Tupy³
Tulio Chiarini⁴

SINOPSE

Este artigo analisa a presença de pesquisadores indígenas em posições de liderança nos grupos de pesquisa brasileiros entre 2000 e 2023. Com base nos dados do Censo do Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP)⁵ do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), examina-se a evolução da liderança indígena nas grandes áreas do conhecimento. Os resultados indicam crescimento no número absoluto e relativo de líderes indígenas ao longo do período, embora sua participação permaneça inferior a 0,5% em todas as áreas. As humanidades concentram as maiores participações relativas, enquanto as ciências da vida apresentam as menores. Observam-se, ainda, assimetrias persistentes de gênero na liderança indígena.

Palavras-chave: liderança científica; pesquisadores indígenas; desigualdades raciais na ciência; grupos de pesquisa; ciência, tecnologia e inovação.

1 INTRODUÇÃO

A produção científica contemporânea estrutura-se em grupos de pesquisa, que reúnem pesquisadores em torno de linhas comuns de investigação e que, em alguma medida, compartilham instalações, equipamentos e infraestrutura. Estudos no campo da economia da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) indicam que características individuais dos pesquisadores são importantes preditores dos resultados alcançados por esses grupos (Perkmann *et al.*, 2013 e Perkmann *et al.*, 2021), mas essa literatura tem dedicado atenção limitada ao papel da liderança na dinâmica e no desempenho desses grupos.

Para além da organização em torno de agendas comuns e do compartilhamento de recursos, os grupos de pesquisa se estruturam em torno de um ou mais líderes. Schwartzman (2008) destaca que a liderança corporifica um sentido de missão, sendo fundamental para o estabelecimento de padrões elevados de pesquisa e para a construção de vínculos com parceiros externos à universidade. Para Latour (2000) e Schwartzman (2008), grupos de pesquisa bem-sucedidos tendem a compartilhar uma característica central: lideranças que combinam excelência acadêmica e intelectual no seu ambiente de pesquisa com capacidade de articulação organizacional.

1. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/radar81art2>.

2. Os autores agradecem aos pareceristas anônimos pela leitura atenta e pelas valiosas sugestões e recomendações. Finalmente, agradecem à equipe editorial do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) pelo rigoroso trabalho de revisão gramatical e pela cuidadosa formatação do texto. No entanto, ressaltam que quaisquer erros ou omissões remanescentes são de sua exclusiva responsabilidade.

3. Técnico de planejamento e pesquisa no Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) do Ipea. E-mail: igor.tupy@ipea.gov.br.

4. Analista em ciência e tecnologia no CTS/Diset/Ipea. E-mail: tulio.chiarini@ipea.gov.br.

5. Disponíveis em: <http://bi.cnpq.br/painel/v2/p-dgp.html>.

Além das funções operacionais, como coordenar e planejar os trabalhos do grupo, convidar novos integrantes, definir linhas de investigação, propor métodos e questões a serem pesquisadas etc., a liderança exerce poder simbólico no interior dos grupos, o que contribui para a conformação de estruturas hierárquicas entre seus membros (Latour e Woolgar, 1986; Merton, 1968, 1996).

No Brasil, os grupos de pesquisa são mapeados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o qual, com certa frequência, disponibiliza informações sistemáticas sobre a estrutura, a composição e a liderança desses grupos, a partir da divulgação dos censos do Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP).⁶ Esses dados são objetos de estudos para entender a dinâmica da produção da CT&I (Chiarini *et al.*, 2022).

Por exemplo, estudo recente examinou pioneiramente a liderança negra nos grupos de pesquisa do DGP, por grande área do conhecimento, com recorte longitudinal no período 2000-2023, identificando baixa participação de pretos e pardos na liderança desses grupos (Pereira *et al.*, 2024).

Este estudo complementa a análise de Pereira *et al.* (2024), ao explorar dados inéditos sobre a liderança indígena nos grupos de pesquisa do país, considerando também um recorte por grande área do conhecimento no período 2000-2023.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O acesso da população indígena ao ensino superior passou a ser objeto de políticas públicas específicas a partir dos anos 1990 (Paladino, 2013). Ao longo dos anos 2000, esse processo foi gradualmente institucionalizado, sobretudo, por meio do Programa de Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind) do Ministério da Educação; da criação de vagas especiais ou suplementares em diferentes cursos; e, de forma mais ampla, da consolidação das políticas de ações afirmativas, em especial, com a promulgação da Lei nº 12.711/2012 (Bergamaschi, Doeber e Brito, 2018; Lima, 2016). Embora exista literatura sobre o ingresso de indígenas no ensino superior (Freitas *et al.*, 2022; Lima, 2016), permanecem relativamente escassas as análises que se debruçam sobre sua inserção na produção científica, sendo Paladino (2016) uma exceção relevante.

A formação universitária, particularmente em nível de pós-graduação, tem sido compreendida por pesquisadores indígenas como um instrumento estratégico para a apropriação de conhecimentos técnico-científicos mobilizáveis na formulação de respostas aos problemas contemporâneos enfrentados por seus povos (Paladino, 2016). Esse acesso, contudo, não se limita a uma dinâmica de inclusão institucional, mas envolve disputas simbólicas e políticas em torno da universidade como espaço de afirmação de epistemologias próprias e de projetos alternativos de desenvolvimento (Bergamaschi, Doeber e Brito, 2018). Ademais, a academia também é acionada como um espaço estratégico para o registro, sistematização e salvaguarda de saberes frequentemente classificados como “conhecimentos tradicionais” (Paladino, 2016). A inserção indígena nas estruturas acadêmicas convencionais evidencia, portanto, desafios de natureza epistêmica e metodológica, particularmente, no que se refere à organização dos processos de pesquisa e à produção legítima de conhecimento científico (Luciano, Oliveira e Hoffmann, 2010; Paladino, 2016). Nesse sentido, analisar a presença de indígenas na liderança dos grupos de pesquisa é um passo importante para formulação de hipóteses sobre possíveis fatores causais ou consequências associadas.

6. Disponíveis em: <http://bi.cnpq.br/painel/v2/p-dgp.html>.

3 A LIDERANÇA INDÍGENA NOS GRUPOS DE PESQUISA

3.1 Questões metodológicas

A estratégia metodológica adotada neste estudo envolve três aspectos. O primeiro refere-se à identificação da variável cor/raça dos integrantes dos grupos. Essa informação é obtida por autodeclaração no currículo Lattes e incorporada ao DGP por meio de atualizações automáticas. Em função disso, revisões nos currículos podem alterar retroativamente os registros no DGP, uma vez que mudanças na autodeclaração ou a decisão de não informar a variável passam a ser refletidas nos dados consolidados. Para fins analíticos, o estudo considera os líderes de grupos de pesquisa que se autodeclararam indígenas.

O segundo aspecto diz respeito ao recorte analítico. Os dados foram agregados por grandes áreas do conhecimento, conforme a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes): “ciências duras” (ciências exatas e da terra, engenharias e computação); “ciências da vida” (ciências agrárias, ciências biológicas e ciências da saúde); “humanidades” (ciências humanas, linguística, letras e artes e ciências sociais aplicadas); e a categoria “outras” (Capes, 2014). Essa agregação reduz a fragmentação das informações e permite a identificação de padrões ao longo do período.

O terceiro aspecto refere-se à opção por focalizar a liderança dos grupos. Os líderes exercem funções centrais na organização das atividades científicas, conforme já mencionado, influenciando a dinâmica do grupo (Latour, 2000; Latour e Woolgar, 1986; Merton, 1996; Schwartzman, 2008). Além disso, eles detêm poder simbólico (Merton, 1968), o que os posiciona de forma diferenciada na definição de agendas de pesquisa, impulsionando novas epistemologias e perspectivas científicas.

A escolha pelos líderes também se justifica por razões de qualidade da informação, como advertiram Pereira *et al.* (2024). A proporção de dados ausentes para a variável cor/raça é menor entre líderes do que no conjunto total de participantes dos grupos. Em 2000, por exemplo, a informação não estava disponível para 45,3% dos participantes em geral, enquanto, entre os líderes, para 28,2%. Esse diferencial torna o subgrupo de líderes mais adequado para análises relacionadas à presença indígena. Ressalta-se que, ao longo da série, o crescimento no número de líderes supera a redução observada nos dados ausentes, indicando que a trajetória identificada não pode ser atribuída exclusivamente a alterações no padrão de preenchimento da variável.

3.2 Análises descritivas

Os dados do DGP mostram crescimento no número de líderes indígenas de 46, em 2000, para 252, em 2023⁷ (gráfico 1A). Embora esse aumento acompanhe, em parte, a tendência de expansão total de lideranças, os dados relativos indicam elevação da participação de líderes autodeclarados indígenas. Assim, enquanto a proporção de pesquisadores indígenas entre os líderes representava 0,25% em 2000, essa participação alcançou 0,38% em 2023 (gráfico 1B).

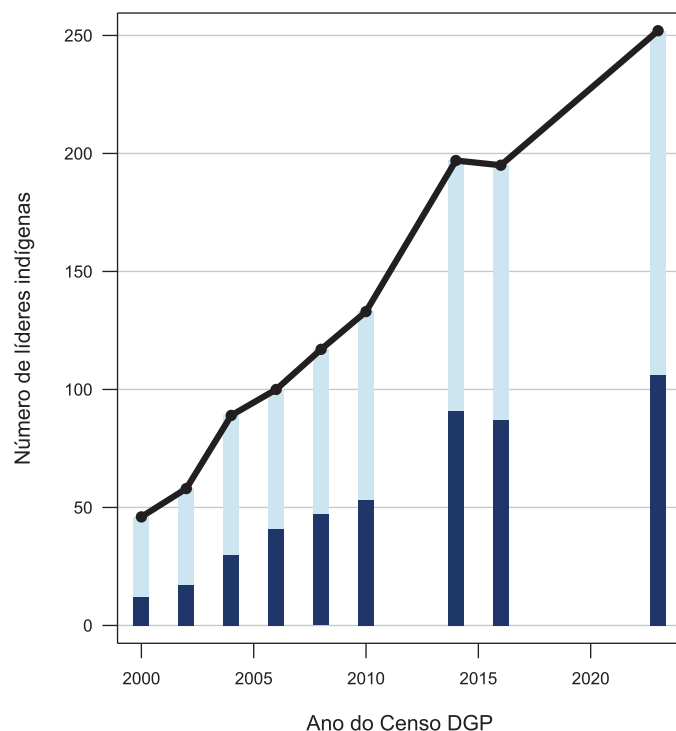
Observa-se também uma elevação da presença de mulheres indígenas entre as lideranças. Em 2000, elas representavam 0,06% do total de líderes, ampliando-se para 0,16% em 2023. Ainda assim, ao longo do período, essa participação permaneceu inferior à dos homens indígenas, cuja proporção variou de 0,18% para 0,22%.

7. O aumento observado deve ser interpretado com cautela, pois, conforme discutido na subseção 3.1, pode refletir tanto a incorporação de novos quadros quanto mudanças na autodeclaração racial ao longo do tempo, não sendo possível distinguir essas dinâmicas em razão da ausência de identificadores pessoais no DGP.

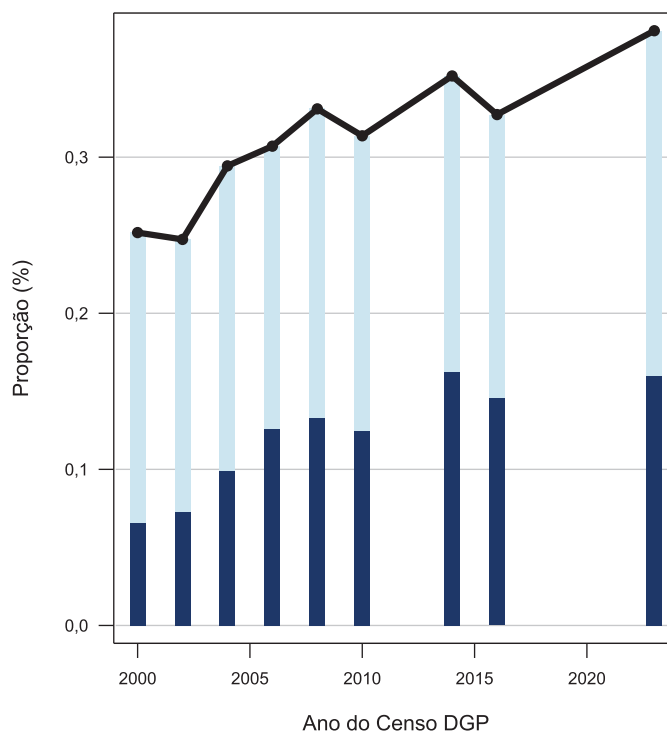
GRÁFICO 1

Evolução das lideranças indígenas, valores absolutos e em relação ao total de líderes, por sexo

1A – Frequência



1B – Proporção



Homens indígenas Mulheres indígenas

Fonte: DGP/CNPq, 2023. Os dados brutos para *download* estão disponíveis em: <http://bi.cnpq.br/painel/v2/p-dgp.html>.

Elaboração dos autores.

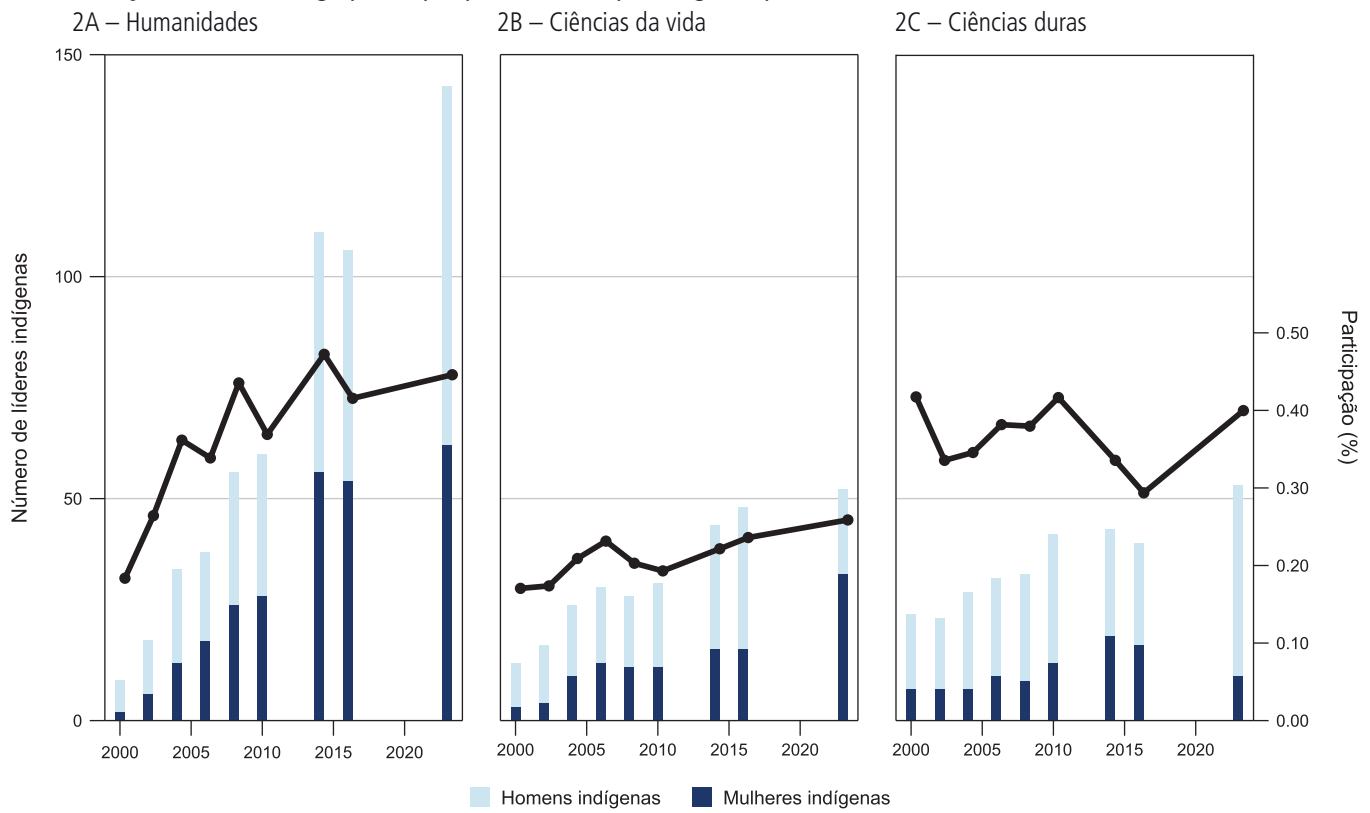
Obs.: 1. Optamos por não imputar os dados dos anos em que não ocorreram os censos.

2. Ilustração reproduzida conforme o original (nota do Editorial).

Em relação às áreas do conhecimento, entre 2000 e 2023, observa-se crescimento no número absoluto e na proporção de líderes de grupos autodeclarados indígenas em todas as grandes áreas (gráfico 2). Ainda assim, a presença indígena permanece residual, com proporções inferiores a 0,5% em todos os censos do DGP e em todas as grandes áreas. As humanidades concentram as maiores participações relativas ao longo do período, enquanto ciências da vida apresentam as menores, e ciências duras ocupam posição intermediária.

GRÁFICO 2

Evolução do número de grupos de pesquisa liderados por indígenas, por área do conhecimento



Fonte: DGP/CNPq, 2023. Os dados brutos para *download* estão disponíveis em: <http://bi.cnpq.br/painel/v2/p-dgp.html>.
Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Optamos por não imputar os dados dos anos em que não ocorreram os censos.
2. Ilustração reproduzida conforme o original (nota do Editorial).

A desagregação por sexo revela assimetrias na liderança indígena (gráfico 2), com predomínio masculino na maior parte do período em todas as grandes áreas do conhecimento, exceto nas ciências da vida, em que, em 2023, havia 33 líderes mulheres indígenas e 19 homens e, em alguns anos, nas humanidades, embora, em 2023, homens indígenas ainda superassem as mulheres (81 e 62 líderes, respectivamente). Em termos relativos, no entanto, a participação feminina aumentou ao longo do tempo em todas as áreas. Apesar desse crescimento, a expansão da liderança indígena ocorre de forma desigual, refletindo clivagens de gênero associadas às grandes áreas do conhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados sobre a liderança de pesquisadores autodeclarados indígenas em grupos de pesquisa indicam sua sub-representação no sistema científico brasileiro. Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, a população indígena corresponde a 0,83% do total da população (IBGE, 2025),⁸ proporção que não se reflete na ocupação de posições de liderança acadêmica. Os resultados também evidenciam

8. Ver em: <https://www.ibge.gov.br/brasil-indigena/>.

intersecções relevantes: em todas as grandes áreas do conhecimento, mulheres indígenas são sistematicamente menos frequentes do que homens indígenas, apesar do crescimento observado ao longo do período analisado.

Embora descritivo, este estudo oferece um ponto de partida para investigações mais aprofundadas sobre os mecanismos institucionais, epistêmicos e organizacionais que condicionam a ascensão de pesquisadores indígenas à liderança. Recortes regionais e análises das linhas de investigação conduzidas por líderes autodeclarados indígenas podem fornecer evidências valiosas não apenas sobre a dinâmica interna desse grupo, mas também sobre a configuração da produção científica brasileira como um todo. Abre-se, portanto, uma avenida de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BERGAMASCHI, M. A.; DOEBBER, M. B.; BRITO, P. O. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 99, n. 251, p. 37-53, jan-abr. 2018.
- CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Sobre as áreas de avaliação. **Gov.br**, 1º abr. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao#areas>.
- CHIARINI, T. *et al.* **Diretório dos grupos de pesquisa do CNPq**: trajetória e contribuições acadêmicas. Brasília: Ipea, out. 2022. (Texto para Discussão, n. 2801).
- FREITAS, J. B. de *et al.* **Políticas de ação afirmativa para indígenas nas universidades públicas brasileiras (2019)**. [S. l.]: Gema; Iesp/Uerj, abr. 2022.
- LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **Laboratory life**: the construction of scientific facts. Nova Jersey: Princeton University Press, 1986.
- LIMA, A. C. de S. (org.). **A educação superior de indígenas no Brasil**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: E-papers, 2016.
- LUCIANO, G. J. dos S.; OLIVEIRA, J. C. de; HOFFMANN, M. B. (org.). **Olhares indígenas contemporâneos**. Brasília: Cinep, 2010.
- MERTON, R. K. The Matthew effect in science: the reward and communication systems of science are considered. **Science**, v. 159, n. 3810, p. 56-63, 5 jan. 1968.
- MERTON, R. K. **On social structure and science**. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.
- PALADINO, M. Um mapeamento das ações afirmativas voltadas aos povos indígenas no ensino superior. *In*: BERGAMASCHI, M. A.; NABARRO, E.; BENITES, A. (org.). **Estudantes indígenas no ensino superior**: uma abordagem a partir da experiência na UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. p. 99-112.
- PALADINO, M. Uma análise da produção acadêmica de autoria indígena no Brasil. *In*: LIMA, A. C. de S. (org.). **A educação superior de indígenas no Brasil**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: E-papers, 2016. p. 95-122.
- PEREIRA, L. *et al.* A liderança negra nos grupos de pesquisa no Brasil: um panorama por grande área do conhecimento de 2000 a 2023. **Radar**, v. 77, p. 25-30, dez. 2024.
- PERKMANN, M. *et al.* Academic engagement and commercialisation: a review of the literature on university-industry relations. **Research Policy**, v. 42, p. 423-442, 2013.
- PERKMANN, M. *et al.* Academic engagement: a review of the literature 2011-2019. **Research Policy**, v. 50, 104114, 2021.
- SCHWARTZMAN, S. As universidades latino-americanas e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável da região. *In*: SCHWARTZMAN, S. (org.). **Universidades e desenvolvimento na América Latina**: experiências exitosas de centros de pesquisa. [S. l.]: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 13-30.